



- **PROCESSO – 8640/2022**
- **PROJETO DE LEI – 111/2022**
- **AUTOR: ARMANDINHO FONTOURA**
- **EMENTA:** *“Estabelece reservas de mesas para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nos locais que menciona, e dá outras providências. ”*



Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

O artigo 4º sujeita o infrator a penalidades que vão desde a notificação, à multa e podendo chegar à perda do alvará e, por fim, o artigo 5º estabelece um prazo de 60 dias para a regulamentação da Lei (PL n.º 111/2022, caso aprovada).

É o breve relatório.

II - PARECER DO RELATOR

2.1. DA ANÁLISE JURÍDICA

“Art 61. Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação:

I. opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições;”

Posta a atribuição desta comissão, prossegue-se na análise da proposta.

2.1.1. DA INICIATIVA E DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

O artigo 23 aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Trata-se de matéria de interesse local, e portanto, passível de ser legislada pela Câmara Municipal de Vereadores, nos termos do art. 30, I, também da Constituição Federal:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local”



DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA!

VEREADOR

GILVAN
DA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788

Gabinete 401 - Bento Ferreira - Vitória - ES

CEP: 29050-940

27 3334-4546 / 4548

Autenticar documento em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/valida/instituidor>
com o identificador 3200330030003900320034003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Não obstante, há o permissivo na esfera estadual, estampado no artigo 28 Constituição Estadual do ES:

Art. 28. Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Vitória, estabelece em seu art. 18:

Art. 18 Compete privativamente ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

DAS LEIS

Art. 80 A iniciativa das leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:

I - a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal;

Considerando às prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar como acima exposto, os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e/ou complementá-los.

Ademais, a LOM de Vitória – ES reforça a competência legislativa municipal para tratar da matéria:

*Art. 19. É competência comum do **Município**, da União e do Estado:*

***II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;** (grifamos)*



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Diante dos indicados dispositivos, nas três esferas, e versando sobre matéria de interesse local, municipal, é legítima a iniciativa do vereador para o Projeto de Lei ora apresentado.

2.1.2. TÉCNICA LEGISLATIVA E ASPECTOS REGIMENTAIS

A proposta atende o art. 211, III do Regimento Interno da CMV-ES, vez que devidamente instruída com exposição de motivos, imprescindível para análise e tramitação regular da matéria.

O Projeto foi devidamente publicado tempestivamente na pauta, com a antecedência prevista em lei, de maneira a garantir o princípio da publicidade e com observância do Art. 140, I, do Regimento Interno da Casa.

Por fim, em análise textual da redação da Proposição, nota-se a observância aos artigos 210 e 211 do Regimento Interno, que tratam sobre a técnica legislativa para elaboração de Projetos de Lei. Assim, na sua forma, a Proposição não apresenta ilegalidades.

Por todo o exposto, nem quanto à iniciativa e nem quanto à competência, não há óbice ao regular trâmite do presente projeto.

2.2. NO MÉRITO

No mérito, reiteramos as razões aduzidas em sua justificativa, pelo proponente do PL nº 111/2022.

O PL n.º 111/2022, em seu artigo 5º determina que esta lei será regulamentada pelo Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Não se duvida que a proposição contribui e muito para a implementação/ampliação do acesso mais igualitário aos espaços coletivos; para garantir a efetiva aplicação da acessibilidade nas praças de alimentação e/ou refeitórios, propiciando a pessoa com deficiência, a possibilidade de exercer mais



Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

facilmente as atividades cotidianas, mitigando as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência ou com a mobilidade reduzida. Assim, a proposição em tela, sob o ponto de vista legal, além de compatível com o ordenamento jurídico é consonante à legislação correlata.

A propositura em análise está fartamente alicerçada na legislação pátria, conforme os dispositivos legais mencionados neste parecer. No tocante à iniciativa do vereador, também não há óbice, vez que não se enquadra no rol das matérias privativas do chefe do Executivo, dispostas no art. 80, I e 113, ambos do diploma mencionado.

Estando a redação da propositura dentro dos parâmetros da técnica legislativa, e ausentes vícios de iniciativa, constitucionalidade, de legalidade e, ainda, diante da relevância da matéria de que ela trata, opina-se pelo regular prosseguimento e ulterior aprovação desta proposição.

III - VOTO DO RELATOR

O arrazoado fático e jurídico demonstra inexistência de óbice legal, constitucional, quanto à competência, quanto à iniciativa, técnica legislativa, regimentalidade, como também, quanto ao mérito.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 111/2022.

Palácio Atílio Vivacqua, 08 de agosto de 2022.

**GILVAN AGUIAR COSTA - GILVAN DA FEDERAL –
VEREADOR (PL)**

VEREADOR	
DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA!	GILVAN DA FEDERAL
	CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788 Gabinete 401 - Bento Ferreira - Vitória - ES CEP: 29050-940 27 3334-4546 / 4548 www.vitoria.es.gov.br
Autenticar documento em http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/valida/entidade com o identificador 3200330030003900320034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.	